

Revolução Americana

REVOLUÇÃO OU INDEPENDÊNCIA?



O processo de ruptura das Treze Colônias com a metrópole inglesa foi o primeiro a ocorrer na América e representou um dos primeiros sinais de abalo do poderio europeu durante o chamado Antigo Regime.

A independência, também denominada por muitos de Revolução Americana, é um episódio controverso para os historiadores. Alguns deles alegam que a ruptura com a Inglaterra representou a formação de uma “nova ordem”, o que a caracterizaria como uma revolução. Essa tese pode ser reforçada pelo fato de os colonos possuírem práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades, o que garantia uma maior participação dos indivíduos nas decisões políticas. Como consequência disso, instaurou-se o desejo de consagrar a “liberdade” e de consolidar o direito de participar das decisões públicas, de ser admitido no mundo político, o que foi importante para o processo de independência. Aceitando-se esses aspectos, é possível caracterizar a ação dos colonos como revolucionária.

De acordo com o pensador francês Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX e escreveu a clássica obra *A democracia na América*:

Ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a ideia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do Poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentem esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. [Fragmento]

Por outro lado, existem historiadores que apontam as limitações desse movimento. Uma delas seria o fato de não existir, ainda naquele período, uma unidade entre os colonos. Por isso a independência não teria sido motivada pelo sentimento nacionalista em relação aos Estados Unidos, que de fato nem existia, mas sim por uma repulsão aos ingleses.

Por ter sido encabeçado por uma elite colonial que se sentia prejudicada em seus interesses econômicos, o movimento não previa a adoção imediata do sufrágio universal, além de defender a manutenção da escravidão. A segregação racial, ainda presente no século XX, levou o ativista negro Martin Luther King a proferir seu célebre discurso “Eu tenho um sonho”, em que afirmava:

De certo modo, viemos à capital de nossa nação para descontar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as palavras magníficas da Constituição e da Declaração de Independência, eles estavam assinando uma nota promissória de que todo americano se tornaria herdeiro. Essa nota era a promessa de que todos os homens, sim, negros assim como brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade. É óbvio hoje que a América não pagou essa nota promissória no que concerne aos seus cidadãos de cor. Em vez de honrar essa obrigação sagrada, a América deu ao povo negro um cheque sem fundos; um cheque que foi devolvido com a anotação: “fundos insuficientes”. Nós nos recusamos a acreditar que há fundos insuficientes na grande caixa forte de oportunidades desta nação. E assim viemos para descontar esse cheque, um cheque que vai nos assegurar as riquezas da liberdade e a segurança da justiça.

KING, Martin Luther. *Discurso de Martin Luther King*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Apesar das diferenças, ambas as interpretações são pertinentes, e acreditamos que o seu conhecimento facilite a análise do processo que culminou na autonomia das Treze Colônias.

ANTECEDENTES

A colonização inglesa na América do Norte não se caracterizou por um planejamento sistemático. Isso porque a situação interna conflituosa pela qual passava a Inglaterra entre os séculos XV e XVII, marcada pelo fim da Guerra dos Cem Anos, pela Guerra das Duas Rosas, pela Reforma Anglicana e pela Revolução Inglesa, dificultou a atuação efetiva da metrópole na América. Devido à pouca intervenção da Coroa inglesa, os colonos desfrutaram de ampla autonomia econômica – podiam relacionar-se com outras colônias inglesas (nas Antilhas ou na Índia) – e política – praticavam o *self-government*, ou seja, o autogoverno dos colonos da América.

Não se deve concluir, no entanto, que a Coroa britânica abandonou seus territórios coloniais. Várias foram as legislações que buscavam aumentar o seu controle sobre a região, tanto que a sua intensificação no século XVIII foi um dos principais fatores que levaram ao processo de Independência das Treze Colônias.

RAZÕES PARA A INDEPENDÊNCIA

Durante a Idade Moderna, vários conflitos europeus geraram repercussões em suas colônias, alguns dos quais ligados às disputas por domínios coloniais e com a participação das colônias. No entanto, alguns dos tratados firmados entre as potências da Europa ao final desses conflitos não refletiram o interesse dos colonos, pois estabeleciam, por exemplo, a perda de conquistas territoriais. Entre esses conflitos, pode-se destacar a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), ocorrida entre a Grã-Bretanha e a França, devido à disputa pelo controle comercial e marítimo de colônias localizadas nas Índias Orientais e na América do Norte. Em território americano participaram a Inglaterra e as suas colônias norte-americanas contra a França e seus aliados indígenas.

Os ingleses saíram vitoriosos da guerra, apossando-se de grande parte do império colonial francês, como a região das Índias, e afastando as pretensões da França sobre o continente americano. Diante da menor possibilidade de invasões francesas em território americano, os colonos ingleses se sentiram menos dependentes do Exército britânico para sua defesa, o que fortalecia a sensação de autonomia. Além disso, ao participarem da guerra, os colonos experimentaram a prática militar e lutaram de maneira unificada contra um inimigo comum.

A vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos gerou também o aumento do interesse dos colonos pela região compreendida entre os Montes Apalaches e o Rio Mississippi, que era propícia ao comércio de peles e ao cultivo do fumo. Após uma série de confrontos, os indígenas que habitavam a região foram derrotados, mas, ainda assim, a metrópole não permitiu essa ocupação, o que gerou tensão entre os colonos e a Coroa inglesa.

A proibição da ocupação do território pelo rei George III, feriu os interesses dos colonos, ao mesmo tempo em que representou o início de uma política de interferência metropolitana mais efetiva nos assuntos coloniais.

A interferência cada vez mais forte da Inglaterra nos assuntos coloniais se deveu a alguns fatores específicos. Em primeiro lugar, era necessário recuperar os cofres ingleses após os gastos militares em guerras, entre elas a Guerra dos Sete Anos. Assim, os custos da ação militar e da guerra foram repassados para os colonos por meio do aumento de impostos. Além disso, a partir da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra vivia os primórdios da Revolução Industrial, e a América poderia alimentar esse processo por meio do fornecimento de matéria-prima, como o algodão, além de representar um importante mercado consumidor para os produtos ingleses. Pode ser ressaltado, ainda, que os gastos ingleses com seu Império em expansão também contribuíram para o aumento da opressão.

No plano ideológico, foram fundamentais para a eclosão do movimento emancipacionista as ideias iluministas, em especial as de John Locke. Tais influências chegavam às colônias por meio das elites que haviam estudado nas universidades inglesas. Locke defendia a teoria do contrato social e afirmava que o Estado deveria ser capaz de garantir os direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos. A não garantia destes dava aos cidadãos o direito de se rebelarem contra o governo, caracterizando, portanto, o direito de resistência à tirania dos governos considerados injustos. Além disso, John Locke defendia que a participação política determinava a validade de uma lei. Posto que as leis a que estavam submetidos os colonos eram votadas exclusivamente pelo Parlamento inglês, sem o consentimento dos americanos, aquela situação inevitavelmente se tornaria insustentável.

No momento em que a Coroa aumentou a opressão por meio de um conjunto de leis repressivas, os colonos, influenciados pelo Iluminismo, questionaram a validade de tais atos, afirmando a máxima: “*No taxation without representation*” (Não à taxação sem representação). Entre as leis coercitivas que foram criadas com o objetivo de reforçar os laços coloniais, destacam-se:

Lei do Açúcar (1764)

Enquanto os colonos ainda se encontravam descontentes com a Declaração de 1763, que havia proibido o avanço da colonização no território, o Parlamento inglês aprovou o *Sugar Act*. A Lei do Açúcar era um dispositivo que visava à redução dos encargos fiscais pagos pelos cidadãos ingleses, transferindo parte dessas obrigações para os colonos. No entanto, a justificativa para a lei, segundo os britânicos, era a necessidade de arrecadar recursos para a segurança e para a proteção das colônias contra os ataques estrangeiros.

A lei de 1764 estabelecia impostos adicionais para a compra de açúcar e outros produtos estrangeiros, como artigos de luxo, vinho, café e seda. Com o aumento dos preços dos produtos estrangeiros, os colonos se viam na obrigação de comprar produtos diretamente dos ingleses ou das outras colônias inglesas, como o açúcar oriundo de colônias inglesas nas Antilhas.

Tal medida afetava diretamente os envolvidos no comércio triangular, que, em muitos casos, adquiriam o melaço com melhores condições em outras regiões, como nas colônias francesas e espanholas da América Central, para viabilizar a compra de escravos na África. O descontentamento aumentou ainda mais devido à severa fiscalização por parte da Marinha inglesa, que patrulhava os portos, inspecionava os navios e vasculhava os armazéns americanos em busca de mercadorias contrabandeadas. Além de vários protestos, os colonos boicotaram os produtos ingleses.

Lei do Selo (1765)

Essa lei determinava que documentos públicos, como jornais, cartazes e diplomas, fossem taxados. Essa medida foi a primeira a provocar uma reação organizada por parte dos colonos contra as leis mercantilistas, já que, diferentemente das outras taxações indiretas, essa cobrança era encaminhada diretamente para os cofres da Coroa.

Além de manifestações e do boicote aos produtos ingleses, os colonos organizaram o Congresso da Lei do Selo, que redigiu a Declaração dos Direitos e das Reivindicações. Pelo documento, reafirmava-se a fidelidade dos americanos ao rei Jorge III, exigindo que os colonos tivessem o mesmo tratamento dispensado aos súditos ingleses, principalmente em relação à questão da representatividade no Parlamento inglês. Também era exigida a revogação das demais leis que restringiam o comércio.

As convulsões geradas pela aprovação da lei foram tão intensas que levaram à sua revogação pelo Parlamento inglês em 1766.

Atos Townshend (1767)

Decretados pelo ministro da Fazenda, Charles Townshend, esses dispositivos taxavam produtos como chumbo, vidro, corantes e chá. As novas taxas retomavam o sistema de taxação indireta, anterior à Lei do Selo. Essas medidas foram acompanhadas da nomeação de novos funcionários para combater o contrabando nas colônias.

Novas reações ocorreram, gerando, inclusive, um confronto direto entre colonos e soldados britânicos que ficou conhecido como "o massacre de Boston". A morte de cinco colonos fez com que o evento fosse usado na propaganda contra os ingleses. Novamente, assistiu-se à anulação das medidas por parte do Parlamento inglês.

Na visão dos colonos, o governo inglês não procurava preservar a vida, a liberdade e a propriedade. Pelo contrário, atentava com sua legislação mercantilista contra a propriedade dos colonos e, por vezes, como no Massacre de Boston, contra a própria vida dos colonos. As palavras de Locke assumiam na colônia o papel de ideário de uma revolução.

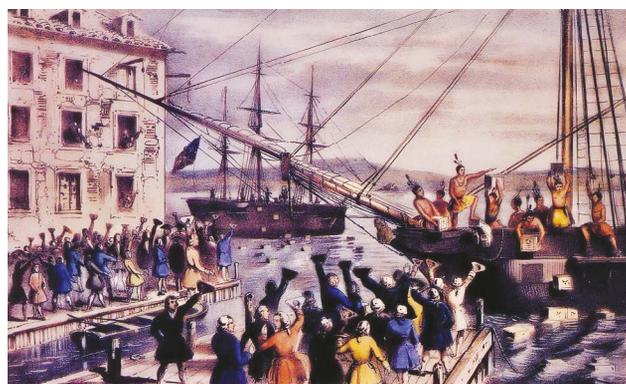
KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 82. [Fragmento]

Lei do Chá (1773)

O chá faz parte da tradição inglesa e era amplamente consumido nas Treze Colônias. Seu preço vinha sofrendo quedas constantes tanto na Inglaterra quanto nas colônias, e seu consumo se tornava cada vez mais popular. No entanto, desde a edição dos Atos Townshend, os americanos vinham se recusando a comprar o chá trazido pelos ingleses.

A Companhia das Índias Orientais, de origem inglesa, que comercializava o chá, era a principal prejudicada pela baixa dos preços e pela recusa dos americanos. Para promover a recuperação da Companhia, o Parlamento britânico, que possuía inúmeros acionistas na empresa, concedeu o monopólio da venda do chá na América à Companhia das Índias.

Além de boicotarem o chá inglês e aumentar o consumo de café e de chocolate, os colonos atacaram o carregamento de chá de três navios da Companhia no porto de Boston, disfarçados de índios. Esse episódio ficou conhecido como a "Festa do chá de Boston" e marcou o início das ações violentas dos colonos e a intensificação da política autoritária inglesa.



CURRIER, Nathaniel. *Movimento do chá de Boston*. 1846. Litografia.

Durante o evento, em Massachusetts, gritou-se: "O porto de Boston virou um bule de chá essa noite."

Leis Intoleráveis (1774)

Após os eventos que se seguiram à Lei do Chá, a reação do Parlamento foi dura. Um conjunto de leis foi aprovado visando a desencorajar os atos de rebeldia e, por isso, essas leis foram chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

Entre as medidas, destacavam-se o fechamento do porto de Boston, até que todo o prejuízo do lançamento do carregamento de chá ao mar fosse indenizado; a suspensão de todos os benefícios anteriormente concedidos à colônia de Massachusetts; o impedimento de toda e qualquer manifestação pública contra a metrópole; a transferência para Inglaterra dos julgamentos de crimes cometidos em território americano, além da obrigatoriedade da concessão de alojamento por parte dos colonos aos soldados ingleses.

Ato de Quebec (1774)

A intenção desse Ato era reforçar o domínio inglês sobre a região do Canadá, obtida após a vitória sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Pelo Ato, o território do Quebec teve suas fronteiras fixadas ao sul no Rio Ohio e estaria limitado ao oeste pelo Rio Mississippi, impedindo, assim, a expansão dos colonos para o oeste. Além disso, o Ato de Quebec permitia a manutenção de leis francesas na região, assim como a tolerância religiosa naquela região de maioria católica. Publicado no mesmo ano das chamadas Leis Intoleráveis, o Ato foi visto como uma nova afronta e como uma aproximação da Inglaterra com o catolicismo.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Após as tentativas de imposição de rígidas práticas mercantilistas pelos ingleses às suas colônias e de cerceamento das liberdades até então ali praticadas, os colonos passaram a acreditar que a implementação de reformas liberais seria a solução para que pudessem se desvencilhar das imposições metropolitanas.

Assim, o que reuniu os colonos no momento da independência não foi necessariamente um sentimento nacionalista e sim a rejeição à Inglaterra, principalmente após o reforço da política colonial. Inicialmente, parte da elite, principalmente dos sulistas, era contrária à luta contra os ingleses, pois os sulistas eram dependentes do mercado inglês. Havia também a preocupação com a radicalização do movimento, ou seja, o medo de que a separação levasse à rebeldia dos escravos e das classes populares. Entretanto, no momento em que perceberam que seus interesses estavam ameaçados, as elites passaram a protestar contra as pressões inglesas.

A difusão das ideias contestatórias foi realizada a partir de sociedades secretas que reuniam os descontentes com as medidas inglesas. Era comum a leitura de textos iluministas, em especial os de John Locke.

A organização da resistência colonial ganhou consistência com o **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**, em 1774, quando os representantes da Virgínia e de Massachusetts adotaram uma série de resoluções. Durante o Congresso – que contou com delegados de todas as colônias, com exceção da Geórgia –, foi reafirmada a fidelidade dos colonos ao rei inglês, mas exigiu-se o respeito aos seus direitos. Os participantes diziam defender os direitos naturais, como a liberdade, a vida e a propriedade, e firmaram um pacto de apoio mútuo. Também se comprometeram a manter o boicote aos produtos ingleses, a não vender produtos à Inglaterra ou à Companhia das Índias e a se reunirem novamente no caso do não atendimento das reivindicações e da revogação das Leis Intoleráveis.



MATTESON, T. H. *A primeira oração no congresso.*

Na tela representada, os colonos reunidos durante o Segundo Congresso da Filadélfia fazem uma oração antes de iniciar as discussões.

Ao mesmo tempo em que o Primeiro Congresso da Filadélfia optava por uma posição mais moderada, também foi fundamental a divulgação, entre os colonos, dos ideais separatistas por meio de panfletos, como o *Senso Comum*, de Thomas Paine. O autor atacava a monarquia inglesa e defendia a emancipação política, a elaboração de uma Constituição e o estabelecimento do regime republicano.

Por outro lado, percebendo o avanço dos movimentos de rebeldia, a Coroa aumentou o número de tropas enviadas ao continente americano. A medida fez com que a elite colonial se organizasse no **Segundo Congresso Continental (1775)**, também na Filadélfia, que contou agora com o apoio de todas as colônias. Após um início em que prevaleceram os argumentos dos conservadores, os representantes das colônias acabaram se posicionando a favor da separação. Em meio a essa situação, ocorreram conflitos armados em Lexington e em Concord entre colonos e tropas inglesas.

As discussões se mantiveram intensas até o dia 4 de julho de 1776, quando foi tornada pública a Declaração de Independência, elaborada sob a coordenação de Thomas Jefferson. Esta era composta de um preâmbulo com as causas para a separação, uma teoria sobre o novo governo a ser estabelecido e uma declaração de guerra à Inglaterra. Redigida em sua maior parte por Thomas Jefferson, em seu preâmbulo, fica clara a influência do inglês John Locke:

Creemos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...].

JEFFERSON, T. et al. *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*, 04 jul. 1776. Preâmbulo.

A declaração de Independência ampliou o sentimento popular e os colonos foram considerados rebeldes pelo rei George, iniciando-se a Guerra pela Independência. Para alguns emancipacionistas, no entanto, o principal já havia sido feito, como se pode perceber na afirmação de John Adams, importante participante do Congresso da Filadélfia e posteriormente presidente dos Estados Unidos:

O que queremos dizer com a Revolução? A guerra? Isso não foi parte da Revolução, foi apenas um efeito e consequência dela. A Revolução estava nas mentes das pessoas e foi levada a cabo de 1760 a 1775, no curso de quinze anos, antes que uma gota de sangue fosse derramada em Lexington.

John Adams para Jefferson, 1815.

GUERRA DE INDEPENDÊNCIA



George Washington foi o encarregado de comandar o Exército colonial, também chamado de Exército continental. Em diversas localidades, foram formadas milícias que atuavam por meio de sabotagens ao Exército inglês e possuíam relativa autonomia.

Se de um lado a potente Marinha britânica, auxiliada por mercenários, buscava suprimir os colonos, de outro lado as vitórias americanas, comandadas por George Washington – como a da Batalha de Saratoga –, reavivavam o ânimo das forças rebeldes. Fortalecido pela reação colonial, o embaixador dos americanos, Benjamin Franklin, conseguiu fazer com que a Marinha e o Exército franceses auxiliassem os colonos na luta pela independência. Foram assinados dois tratados com a França: um de cooperação comercial e outro de auxílio militar.

Assim, além de tropas, os franceses forneceram ouro, pólvora, munição e equipamentos. Espanhóis, holandeses e voluntários de outros países europeus, imbuídos em desestruturar o poderio inglês, também deram a sua colaboração.

Além do apoio externo, a vitória dos colonos também foi garantida pela dificuldade de os ingleses controlarem o território do inimigo e pela distância da Inglaterra à América que dificultava a manutenção do abastecimento dos exércitos.

A guerra contra a Inglaterra estendeu-se por quase sete anos, quando, por meio do Tratado de Paris, a Inglaterra reconheceu a independência. Nesse tratado, a Inglaterra reconhecia a Independência das Treze Colônias, mas, somente em 1787, após quatro anos de independência, as ex-colônias resolveram se unificar politicamente, adotando o nome de **Estados Unidos da América**.



A Estátua da Liberdade, importante monumento estadunidense, foi um presente francês em homenagem ao centenário da Independência dos Estados Unidos.

William Warby / Creative Commons

DESDOBRAMENTOS DA INDEPENDÊNCIA DAS TREZE COLÔNIAS



A vitória na Guerra de Independência significou a primeira vitória de uma colônia americana sobre a sua metrópole. A Constituição estadunidense, elaborada em 1787, também representou novidades, como o estabelecimento do sistema republicano na América e a divisão do Estado em três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Essa Constituição continua em vigor, apenas com o acréscimo de emendas ao texto original.

Além disso, adotou-se o modelo federalista, em que os estados mantêm certa autonomia em relação ao poder central. Essa opção organizativa tem raízes nas características da própria forma de colonização da América Inglesa, marcada pelo sistema de autogoverno. No entanto, a independência dos Estados Unidos não significou um sentimento de unidade nacional. As diferenças entre Norte e Sul permaneceram e, mais tarde, no século XIX, levaram à Guerra de Secessão.

Ainda, a Constituição garantiu os direitos à propriedade e consagrou os interesses das elites. Manteve-se, assim, o domínio dos chamados WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*) – os brancos, anglo-saxões e protestantes. Para os indígenas, inclusive os que haviam lutado na guerra, a independência significou o aumento das invasões às suas terras, visto que agora não havia mais restrições à expansão da colonização em direção ao Oeste. Houve ainda a manutenção da escravidão, que perdurou nos estados do Sul até 1865. Mesmo após a abolição da escravidão no século XIX, alguns estados mantiveram leis segregacionistas que privaram os negros de direitos sociais essenciais a todo cidadão, tal como o direito ao voto e até o direito de ir e vir. Somente após as lutas contra essa política excludente e contra práticas preconceituosas, no movimento conhecido como Movimento pelos Direitos Civis (1954-1980), essa segregação institucionalizada foi proibida, e direitos até então restritos aos brancos foram estendidos aos negros.

Além dos desdobramentos internos, a Independência das Treze Colônias também provocou repercussões em âmbito internacional. Algumas delas podem ser destacadas:

- A vitória sobre os ingleses representou um forte abalo à corrida da Inglaterra rumo ao posto de potência hegemônica do período.
- A França saiu enfraquecida depois dos gastos com o auxílio nas lutas. Além disso, soldados franceses que lutaram pela independência voltaram contagiados pela ideia de liberdade e república. Essa influência foi fundamental para o início do processo revolucionário francês.
- A influência da experiência americana serviu de exemplo para outros movimentos em busca da liberdade em toda a América. No caso do Brasil, podemos citar as inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) como movimentos diretamente inspirados na luta estadunidense.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFU-MG–2019) De acordo com Bernard Baylin, em seu livro *As origens ideológicas da Revolução Americana*, depois da promulgação da Lei do Selo, os colonos americanos começaram a pensar que havia uma conspiração inglesa para cercear as liberdades na América do Norte. E essa crença transformou o sentido da luta dos colonos e acelerou o movimento de oposição, que posteriormente acabou levando à Independência e à criação dos Estados Unidos da América. Em relação à Lei do Selo, é correto afirmar que
- A) essa lei foi aprovada pelo Parlamento Inglês em 1765, estabelecendo que todos os documentos em circulação na colônia americana deveriam receber selos provenientes de toda a Europa e, somente com esses, sua circulação estaria legalizada.
 - B) essa lei durou vários anos, mas, devido às ações dos representantes dos colonos americanos no parlamento inglês, tal taxa foi cancelada sob forte protesto de parlamentares representantes dos interesses comerciais da metrópole.
 - C) o rei inglês justificava essa lei, argumentando que o tesouro inglês havia se esgotado com a Guerra dos Sete Anos, e que também era dever dos colonos pagar as dívidas, contraídas também a favor dos interesses deles.
 - D) essa lei taxava também artigos de consumo, como o chá, o vidro, o papel e outros. Por causar a elevação de preços desses artigos, a Lei do Selo provocou inúmeros confrontos, considerado um dos fatores que conduziu ao processo de Independência dos Estados Unidos da América.
- 02.** (EsPCEX-SP) A Independência dos Estados Unidos da América foi o primeiro grande indicador histórico da ruína do Antigo Regime. Durante esse processo de Independência,
- A) a criação da Lei do Selo foi uma consequência do esforço inglês em fortalecer o pacto colonial e levou os colonos americanos a efetuar um boicote comercial à Inglaterra.
 - B) a “marcha para o oeste” despertou os sentimentos expansionistas e nacionalistas dos colonos americanos, incentivando os movimentos de Independência.
 - C) o Primeiro e o Segundo Congresso Continental da Filadélfia resultaram na suspensão dos tributos impostos por Townshend, exceto o que se referia ao comércio do chá.
 - D) os colonos americanos receberam apoio militar da Holanda e da Espanha nas lutas pela emancipação.
 - E) Thomas Jefferson exerceu um papel importante, tendo sido nomeado comandante das tropas americanas na guerra e se tornando o primeiro presidente americano.

03.
40HN

(FGV-SP) São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que Ihes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade.

Declaração de Independência, 04 jul. 1776.

Acerca da Independência das Treze Colônias, é correto afirmar que

- A) a ruptura com a metrópole foi efetivada pelas classes sociais dominantes coloniais, o que fez com que as demandas dos mais pobres fossem barradas e que não houvesse solução imediata para a questão escravista.
- B) comandada pelos setores mais radicais da pequena burguesia, os colonos criaram uma república federativa, considerando, como pilares fundamentais da nova ordem institucional, as igualdades política e social.
- C) sua efetivação só foi possível devido à fragilidade econômica e militar da Inglaterra, envolvida com a Guerra dos Sete Anos com a França, além da aliança militar dos colonos ingleses com a forte Marinha de Guerra da Espanha.
- D) o desejo por parte dos colonos de emancipar-se da metrópole Inglaterra nasceu em uma conjuntura de abertura da política colonial, na qual, a partir de 1770, as Treze Colônias foram autorizadas a comerciarem com as Antilhas.
- E) o processo de ruptura colonial foi facilitado em decorrência das identidades econômicas e políticas entre as colônias do norte e as do sul, praticantes de uma economia de mercado, com o uso da mão de obra livre.

04. (FGV-SP) A Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, é considerada a primeira experiência significativa de Estado federal. Isso se deve

- A) ao princípio constitucional baseado na pluralidade de centros de poder soberanos e coordenados.
- B) ao princípio constitucional caracterizado pela inexistência de leis gerais válidas para toda a nação.
- C) ao princípio constitucional baseado na absoluta submissão das unidades federativas ao governo central.
- D) ao princípio constitucional de garantia dos direitos individuais do cidadão e das minorias sociais.
- E) ao princípio constitucional baseado no corporativismo e na negação do direito de rebelião e insubordinação política.

05. (FGV) Em 1776, foi declarada a emancipação política dos Estados Unidos. Comparando o processo de Independência estadunidense com outros casos na América, podemos afirmar que

- A) a Independência dos Estados Unidos foi pacífica, semelhante ao processo brasileiro e diferente do restante da América Espanhola, caracterizado pelas guerras contra forças metropolitanas.

B) a escravidão não foi abolida pelo governo dos Estados Unidos no momento da independência política, de maneira semelhante ao que ocorreu no Brasil e na maior parte da América Latina.

C) ao contrário do caso brasileiro e latino-americano, a Independência dos Estados Unidos foi liderada pelas camadas populares da sociedade colonial.

D) a instauração de repúblicas democráticas é um traço comum entre o processo de emancipação política dos Estados Unidos e o das outras nações do continente americano.

E) ao estabelecer a sua Independência, os líderes estadunidenses imediatamente concederam direito de voto às mulheres, o que não ocorreu no Brasil e tampouco no restante da América Latina.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UPF) Na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, os colonos, na escrita de Thomas Jefferson, registraram:

“Estas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve estar totalmente dissolvida.”

É correto dizer que a afirmação de liberdade e independência presente no documento está relacionada

- A) ao interesse das colônias do norte de se separarem das colônias do sul, em função dos entraves que a organização social escravista sulina criava ao desenvolvimento capitalista.
- B) à vontade dos colonos norte-americanos de se aliarem com a França revolucionária, que lhes oferecia oportunidades mais promissoras para as trocas comerciais.
- C) ao propósito dos colonos de alcançar a autonomia política, embora preservando o monopólio comercial, que favorecia a economia das colônias do norte.
- D) à formalização de uma separação política que, na prática, já existia, como comprova a liberdade comercial da qual gozavam tanto as colônias do norte quanto as do sul.
- E) à reação dos colonos norte-americanos, baseada nas ideias dos filósofos iluministas, contra a tentativa de reforçar as medidas de exploração colonial impostas pela Inglaterra.

02. (UEL) Leia o texto a seguir:

[...] A Independência e a construção do novo regime republicano foi um projeto levado adiante pelas elites das colônias. Escravos, mulheres e pobres não são os líderes desse movimento. A Independência norte-americana (EUA) é um fenômeno branco, predominantemente masculino e latifundiário ou comerciante. [...]

KARNAL, L. *Estados Unidos: da colônia à Independência*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 67 (Coleção Repensando a História).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o processo de Independência dos Estados Unidos, é correto afirmar que

- A) o movimento de Independência da América do Norte não representou a união das Treze Colônias por um sentimento único de nação, mas sim, um movimento contra o domínio da Inglaterra, potencializado pelo sentimento antibritânico.
- B) a América do Norte independente, com as reformas de caráter democrático, aboliu as diferenças entre os habitantes da colônia, instituindo a prática da inclusão por meio de uma Constituição Liberal.
- C) a colonização da América do Norte pela Inglaterra diferenciou-se daquela feita na América do Sul pelos espanhóis e portugueses porque contou com a organização e assistência da metrópole nesse empreendimento de conquista e exploração.
- D) a força do catolicismo foi preponderante no processo de emancipação, pois incentivava o crescimento espiritual da população, libertação dos escravos e a expansão territorial – crescimento que só seria possível cortando os laços com a metrópole.
- E) um dos problemas apresentados no período de lutas pela Independência dos EUA foi a falta de um projeto comum entre as colônias do norte e as colônias do sul que não se harmonizavam quanto a um acordo na forma de promulgar a Constituição estadunidense do norte e do sul.

03. (FGV-SP) Leia os trechos:

Na Europa, as terras ou são cultivadas ou são proibidas aos agricultores. A manufatura deve, então, ser procurada por necessidade e não por escolha. Nós, porém, temos uma imensidade de terra. [...] Enquanto tivermos terra para trabalhar, nunca desejemos ver nossos cidadãos ocupados numa bancada de trabalho ou girando uma roca de fiar [...] Para as operações gerais de manufatura, deixemos que as nossas oficinas continuem na Europa.

É melhor enviar matérias-primas para os trabalhadores de lá do que trazê-los para cá [...], com seus costumes e princípios. A aglomeração das grandes cidades não contribui para a manutenção de um governo legítimo [...].

Thomas Jefferson, 1784.

Os regulamentos restritivos, que têm feito baixar a venda nos mercados estrangeiros do excedente cada vez maior de nossa produção agrícola, [...] geraram forte desejo de que se criasse, internamente, uma demanda maior para aqueles excedentes. [...]

Convém aqui enumerar os principais fatores que permitem concluir que os estabelecimentos manufatureiros não apenas provocam um aumento positivo no produto e na renda da sociedade, como também contribuem, decisivamente, para desenvolvê-la [...]. 1. a divisão do trabalho; 2. uma ampliação no uso da maquinaria; 3. a utilização adicional de classes da comunidade [...]; 4. a promoção da imigração de países estrangeiros; 5. a oferta de maiores oportunidades à diversidade de talentos [...]; 6. o aparecimento de um campo mais amplo e variado para a empresa; [...]

Alexander Hamilton, 1791.

In: Secretaria da Educação-SP. *Coletânea de documentos de História da América para o 2º grau*.

Os documentos tratam dos Estados Unidos logo após a Independência. De acordo com os trechos, é correto afirmar que Jefferson e Hamilton

- A) divergem sobre a necessidade de instalar manufaturas nos Estados Unidos.
 - B) concordam com a adoção de princípios fisiocratas no novo país.
 - C) destacam o aumento do volume e da renda das exportações agrícolas americanas.
 - D) defendem a vinda de imigrantes europeus para os Estados Unidos.
 - E) discordam sobre a manutenção do trabalho escravo em sua economia.
- 04.** (UERJ-2019) Por que os direitos devem ser apresentados numa declaração? Por que os países e os cidadãos sentem a necessidade dessa afirmação formal? Em 1776, as palavras “carta”, “petição” pareciam inadequadas para a tarefa de garantir os direitos. “Petição” implicava um pedido ou apelo a um poder superior, e “carta” significava frequentemente um antigo documento ou escritura. “Declaração” tinha um ar menos submisso. Jefferson, portanto, começou a Declaração de Independência com a seguinte explicação da necessidade de declará-la:

“Quando, no curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os laços políticos que o ligam a outro e assumam entre as potências da terra a posição separada e igual a que lhe dão direito as Leis da Natureza e do Deus da Natureza, um respeito decente pelas opiniões da humanidade requer que ele declare as causas que o impelem à separação.”

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (Adaptação).

A Declaração Unânime de Independência dos Treze Estados Unidos da América representou, à época, uma mudança quanto ao entendimento dos direitos dos habitantes das colônias. A partir do texto, apresente um aspecto que caracteriza essa mudança. Identifique, também, dois movimentos políticos, ocorridos no mundo ocidental, associados às repercussões internacionais dessa declaração.

05. (UFJF-MG) Leia atentamente um trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776:

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. [...] Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados.

Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vport.html>. Acesso em: 28 ago. 2014.

- A) Segundo os autores da declaração, quais as justificativas para a ruptura com a metrópole?
B) Relacione a Declaração a um ideário político do período.

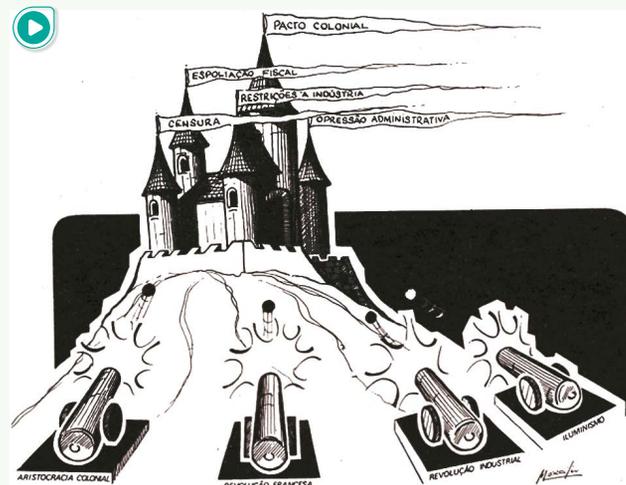
06. (UFRJ) O início da colonização da costa leste da América Inglesa encontrou inúmeras dificuldades. Por exemplo, em áreas como a baía de Chesapeake, a mortalidade entre os recém-chegados alcançava cerca de 40% nos dois primeiros anos de estadia. Apesar disso, do século XVI ao XVIII, a América Inglesa conheceu ondas crescentes de imigrantes provenientes de diferentes partes da Europa, dentre os quais ingleses, irlandeses, escoceses e alemães.

ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 156.

Cite dois aspectos, um de natureza religiosa e outro de natureza econômica, que estimularam a emigração de europeus para a América Inglesa entre os séculos XVI e XVIII.

07. (UFJF-MG)

XSPH



AQUINO, R.; LEMOS, N. J. F.; LOPES, O.; OSCAR. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 109.

Como se vê na figura anterior, a Europa, na segunda metade do século XVIII, foi abalada por revoluções e reivindicações que envolviam também suas colônias americanas.

Baseando-se na imagem e em seus conhecimentos, responda ao que se pede:

- A) Qual foi o primeiro movimento vitorioso da história americana que ilustra a vitória das reivindicações das elites locais contra o sistema colonial europeu?
B) Analise uma repercussão desse episódio no restante do continente americano.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias, que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA), declaravam sua independência e justificavam a ruptura do pacto colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (Adaptação).

Considerando o texto anterior, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- A) A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- B) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de Independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- C) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- D) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da Independência norte-americana.
- E) Ao romper o pacto colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. C
02. A
03. A
04. A
05. B

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. A
03. A
04. A partir da Declaração de Independência das Treze Colônias, os colonos da América Inglesa compreenderam que poderiam ser livres do domínio metropolitano, sendo essa uma nova forma de pensar dos habitantes coloniais ingleses, na medida em que a declaração foi uma estratégia de luta política para alcançar essa liberdade. Também pode ser considerado como aspecto dessa mudança a defesa vinda dos colonos, em relação ao estabelecimento de um governo autônomo na colônia, e o repúdio às políticas alfandegárias e tributárias vinda da dominação metropolitana. Dois movimentos políticos ocorridos no mundo ocidental que podem ser associados a essa declaração é a Inconfidência Mineira, na América Portuguesa, e as revoltas de colonos na América Espanhola.
- 05.
- A) Para os autores da declaração, o rei da Grã-Bretanha cometia uma série de abusos, "repetidas injúrias e usurpações", o que impedia que certos direitos inalienáveis fossem respeitados; direito à vida, à liberdade e à procura de felicidade. Nesse contexto, o rompimento de relações políticas entre os habitantes das treze colônias e a Grã-Bretanha poderia ser justificado.
- B) A Declaração está associada à perspectiva iluminista, que defendia ideias de liberdade política, religiosa e de expressão, bem como a garantia de direitos considerados inalienáveis. As ideias do pensador John Locke influenciaram esse pensamento, uma vez que defendia a garantia de "direitos naturais" e, caso esses direitos não fossem acessados, caberia à sociedade civil se rebelar.
06. Podem ser citadas as perseguições religiosas e os altos índices de desemprego e subemprego, derivados do processo de expropriação rural. No final do século XVI e início do XVII, a Inglaterra vivia um momento conturbado. A religião oficial era a anglicana e, por consequência, seguidores de diversas outras denominações protestantes, sobretudo os puritanos (calvinistas), passaram a ser perseguidos. Além disso, os cercamentos dos campos (transformação das áreas de cultivo em pastos para criação de ovelhas) também contribuíram para que milhares de camponeses (arrendatários e, pequenos proprietários) arruinados rumassem para as cidades, que ficaram saturadas. A saída para essa crise de cunho religioso e econômico foi imigrar para a América do Norte.
- 07.
- A) Independência das Treze Colônias norte-americanas.
- B) Entre outros aspectos, podem ser destacadas: a influência nas independências da América Espanhola e do Haiti; a difusão de ideias iluministas e igualitárias.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %